



ANEXO I

RETI-RATI – TERMO DE REFERÊNCIA

TRANSPORTE PÚBLICO DE COLETIVO URBANO

- JUSTIFICATIVA:

-O caráter de exclusividade decorre da limitação física do espaço urbano, da natureza e da essencialidade do serviço, dos elevados investimentos da segurança jurídica e econômica do sistema; ou seja, destina-se a afastar o risco de inviabilidade técnica e econômica da exploração do serviço de transporte coletivo municipal, decorrente da danosa sobreposição de operadores nas mesmas linhas e vias públicas municipais, o que, se permitido, poderia gerar inevitáveis prejuízos e danos ao sistema, com queda de qualidade do serviço prestado e até aumento do custo da tarifa em razão da elevada e desnecessária oferta de veículos que a referida sobreposição poderia causar.

- A opção por um Lote Único decorre da pequena quantidade de veículos envolvidos (10 operacionais/03 reserva); as exigências tecnológicas relativas aos veículos modernos e a eletrônica de controle, requerem profissionais especializados, e seu custo seria multiplicado, no caso de mais de um lote.

- A opção pela não aceitação de consórcios, refere-se à prefeitura por uma contratada já estruturada, capaz de usar sua própria organização, na execução dos compromissos contratuais.

1) Do Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE COLETIVO URBANO, MEDIANTE CONCESSÃO POR LOTE ÚNICO, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS, PRORROGÁVEL POR ATÉ 05 (CINCO) ANOS, NOS TERMOS DOS ART. 175, 30, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI FEDERAL Nº 8.987/95, LEI Nº 12.587/12 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2014 DE BIRIGUI, NA CONFORMIDADE DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.



1.1 – Os itinerários, logradouros e quilometragem serão os especificados no Decreto nº 5.431, de 08 de junho de 2015 e alterações do Decreto nº 5.576, de 16 de março de 2016 e seus anexos.

1.2 – Frota de no mínimo 12 (doze) ônibus convencionais, com acessibilidade, e que tenham no máximo 08 (oito) anos de fabricação.

1.2.1 - As idades médias e máximas estabelecidas para a frota são: Para o início da prestação dos serviços: pelo menos até 06 (seis) veículos convencionais com idade entre 03 e 04 anos de fabricação, e o restante com idade entre 07 e 08 (oito) anos de fabricação. A partir do quarto ano da prestação dos serviços: a idade média da frota não poderá ser superior a 05 (cinco) anos e a máxima individual de cada veículo será de 08 (oito) anos.

1.3 – A empresa contratada deverá ter e sua garagem 02 ônibus convencionais como reserva em caso de quebra ou ocorrências que impossibilitem a continuação do percurso conforme Anexo IX.

1.4 – Os condutores de veículos devem satisfazer as exigências do artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro, ou seja:

I – ter idade superior de 21 anos:

II – ser habilitado na categoria D;

IV – não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses:

V – ser aprovado em curso de especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN:

VI – apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos:

VII – Os motoristas deverão apresentar-se devidamente uniformizados (calça cumprida, camisa de manga curta ou comprida) com a identificação da empresa contratada e crachá com o nome do motorista.

1.5 – A empresa prestadora do serviço se responsabilizará por acidentes ou infortuitos relativos a prestação dos serviços.

1.5 – A empresa deverá efetuar o transporte gratuito ao idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, agente da fiscalização e da operação do transporte público, quando em serviço e pessoas com deficiência física, nos termos do Artigo 16 da LC 60/2014.



1.6 – A concessão será de um único lote, de forma exclusiva, com ônibus, distribuídos em linhas, determinadas pelo Poder Público, conforme o tópico “**2) Do Serviço**” deste termo, e quantidades de ônibus descritos no item 1.2.

1.7 – Que a concessão pela outorga seja da empresa que apresentar a menor tarifa para o serviço de transporte.

2) Do serviço

2.1 - O início da prestação dos serviços dar-se-á em até 15 (quinze) dias após a aprovação da frota pela Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito e emissão de Ordem de Serviços, uma vez que a licitante vencedora deverá apresentar a frota a qual cumprirá sua proposta no prazo de 60 (sessenta) dias após proclamado o resultado final do certame para realizar a vistoria prévia dos veículos.

2.2 – A empresa contratada para a prestação de serviço de transporte público de coletivo urbano, deverá atender as 10 (dez) linhas que estão especificados no Decreto nº 5.431, de 08 de junho de 2015 e alterações do Decreto nº 5.576, de 16 de março de 2016 e seus anexos os quais contém mapas com os traçados das linhas e constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

2.3 – O serviço deverá ser prestado de segunda a sexta-feira, com início as 5:30 e última viagem iniciando as 22:30 horas. Aos sábados, domingos e feriados deverão ser cumpridos os horários conforme Quadro de Horários e Viagens constante do item 3 do ANEXO VIII deste termo de referência.

2.4 – Em datas especiais e/ou horários de grande movimento de passageiros, poderá a empresa contratada utilizar de veículo extra.

3) Das condições para execução do objeto:

3.1 – Os veículos utilizados no transporte de passageiros deverão estar com as documentações em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e outros necessários para o referido transporte, bem como nas especificações mínimas contidas no anexo II.

3.2 – As despesas com veículos tais como troca de pneus, reposição de peças, combustível, lavagem, lubrificação, tributos e encargos, inclusive franquia de seguro e despesas com motorista e demais funcionários, despesas de manutenção de garagem, correrão por conta da empresa contratada.



3.3 – A Prefeitura Municipal de Birigui não terá nenhum vínculo contratual com os motoristas e demais funcionários da empresa contratada, sendo o vínculo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

3.5 - A empresa contratada se obriga a implantar sistema de informação e atendimento aos usuários, nos termos do anexo VI.

3.6 – Serão admitidas, no exercício da Concessão, receitas alternativas derivadas de publicidade nos veículos (incluindo bilhetes) nos termos do art. 11 da Lei Complementar Municipal n.º 60/2014, e Art.10, inciso V, da Lei n.º 12.587/12.

3.6.1 – A empresa contratada deverá disponibilizar 20%, do tempo ou espaço físico, destinado à publicidade comercial nas áreas internas dos ônibus e abrigos ou terminais, para uso, pelo CONCEDENTE, de propaganda institucional, nos termos do anexo VII.

3.7 – A empresa contratada deverá dispor de sistema de bilhetagem eletrônica e de monitoramento por GPS e de informação ao usuário, nos termos do anexo IV. Os serviços deverão ser inicialmente executados com os veículos e sistemas de bilhetagem eletrônica e monitoramento por GPS exigidos no Edital. No curso da vigência do contrato deverá se adequar ao plano de transporte do Anexo I, em conformidade com as normas, prazos e especificações constantes deste Edital, de seus Anexos, do Contrato de Concessão, da Proposta Vencedora e demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos, de forma a atender as linhas regulares previstas.

3.8 – A Licitante Vencedora, ao ser contratada, receberá o sistema de transporte operando da mesma forma que antes da licitação (situação atual), obrigando-se a executá-lo, com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, nos termos do Anexo I deste Edital.

3.9 - A Licitante Vencedora terá um prazo de até 15 (quinze) dias para implantar completamente o Projeto Básico (anexo I), após o início da operação da rede atual, prazo esse que poderá ser ampliado, a critério do Concedente.

3.10 - Todos os veículos da frota vinculada à concessão deverão atender às especificações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e demais normas da legislação federal pertinente (CONTRAN, CONMETRO, CONAMA) e àquela que trata da acessibilidade, a Lei 10.098/2000 e Decreto Federal 5.296/04, bem como às estabelecidas ou que vierem a ser determinadas pelo CONCEDENTE ou por outros órgãos competentes e nestes últimos casos,



sempre precedido do respectivo estudo de viabilidade técnica e readequação do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

3.11 - Todos os veículos a serem utilizados na prestação do serviço concedido devem ser previamente aprovados por vistoria do PODER CONCEDENTE, devendo possuir as especificações mínimas previstas no Anexo II deste Edital, podendo ser substituído, a critério do órgão fiscalizador, por laudo de vistoria Veicular emitido por empresa devidamente credenciada pelos órgãos públicos competentes..

3.12 – As idades médias e máximas estabelecidas para a frota são: Para o início da prestação dos serviços: pelo menos metade da frota, com até 04 (quatro) anos de fabricação, e o restante até 08 (oito) anos de fabricação, a partir do segundo ano da prestação dos serviços: a idade média da frota não poderá ser superior a 05 (cinco) anos e a máxima individual de cada veículo será de 08 (oito) anos.

3.13 - A Licitante Vencedora deverá disponibilizar um Sistema de Controle Operacional informatizado, instalado na empresa, mantendo o banco de dados atualizado, prevendo-se no mínimo os seguintes itens:

3.14.1. Registro da frota, com a idade média e individual (anos inteiros);

3.14.2. Registro das linhas, itinerários com as respectivas quilometragens aferidas;

3.14.3. Tabelas dos horários previstos de início de todas as viagens de todas as linhas;

3.14.4. Dados operacionais realizados por período mensal (km, passageiros, frota operante, IPK e IPeq).;

3.14.5. Localização dos veículos através do GPS, nos termos do Anexo IV.

3.14.6. Distribuição da frota de veículos, disponibilizado por linha.

3.14 - A Licitante Vencedora deverá implantar um Programa de Comunicação com os Usuários, através da Central de Informações (0800 ou similar) para reclamações, serviço de atendimento por internet e por telefone, quadro de divulgação de linhas, trajetos e horários disponibilizados aos usuários, conforme Anexo VI.

3.15 - A Licitante Vencedora compromete-se a não executar serviços de natureza diferente do objeto do presente certame, inclusive financeiros, sem autorização prévia do CONCEDENTE.

3.16 - A Licitante Vencedora se compromete a dar preferência na contratação de mão-de-obra ao pessoal disponível no município, que já atue na prestação do serviço de transporte coletivo, ressalvados os impedimentos legais e de saúde.



3.18 – A Empresa vencedora deverá conceder as isenções parciais e as gratuidades nas passagens dos usuários que se enquadrarem no disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 60/2014.

3.19 - A CONCESSIONÁRIA poderá propor a organização de atendimentos, por transporte coletivo, com tarifas diferenciadas, em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes dos atendimentos aos distintos seguimentos de usuários, conforme artigo 12º da Lei Complementar nº 60/2015; bem como a eventos e as situações específicas não previsto como escopo habitual da Concessão de transportes coletivos, desde que tenha autorização prévia do CONCEDENTE.

4. Das Obrigações da Concessionária:

4.1 - A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços de acordo com o modo, forma e condições, bem como os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros da qualidade do serviço previstos, conforme o Anexo V.

4.2 - A CONCESSIONÁRIA deverá integrar fisicamente o sistema de transporte coletivo urbano, conforme Anexo IV. Esta integração abrange somente as linhas que constituem o sistema de transporte coletivo, objeto desta licitação.

4.3 - A CONCESSIONÁRIA é obrigada a acatar todas as modificações operacionais determinadas pelo CONCEDENTE com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, sendo-lhe garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

4.4 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas em Lei, Edital, Contrato, e Proposta da CONCESSIONÁRIA, as quais devem ser cumpridas integralmente, consistem suas obrigações gerais:

4.4.1. Cumprir fielmente as disposições aplicáveis da legislação municipal, bem como dos demais diplomas legais e regulamentares que venham a ser instituídos durante a vigência do contrato, desde que não conflitem com as disposições do Contrato, no Edital e seus Anexos;

4.4.2. Acatar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, sempre mediante previsão legal.

4.4.3. Iniciar a prestação do serviço no prazo fixado pelo CONCEDENTE no Edital ou no Contrato de Concessão.



4.4.4. Cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horário que venham a ser fixadas pelo CONCEDENTE, através das Ordens de Serviço . OS.

4.4.5. Atender às determinações do CONCEDENTE, feitas por meio dos órgãos fiscalizadores.

4.4.6. Responder por todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que incidirem, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes do Contrato, incluindo as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

4.4.7. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONCEDENTE, os comprovantes de recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre a atividade da empresa CONCESSIONÁRIA, bem como as certidões de regularidade fiscal exigidas para Habilitação na presente licitação.

4.4.8. Nomear prepostos para gerenciar a execução da presente Concessão, credenciando-os junto ao CONCEDENTE.

4.4.9. Encaminhar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado.

4.4.10. Manter o CONCEDENTE, sempre informado de eventuais ações judiciais, reivindicações ou reclamações oriundas do objeto desta licitação.

4.4.11. Solicitar previamente autorização para as atividades acessórias que pretenda desenvolver.

4.4.12. Encaminhar, até o dia 31 de julho e 31 de janeiro de cada ano, ao Departamento de Transito, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no semestre anterior, contendo resumidamente:

4.4.12.1. Estado de conservação da frota em operação e idade de cada veículo (anos inteiros);

4.4.12.2. Média dos passageiros transportados nos dias úteis, sábados e domingos, por linha e por faixa horária;

4.4.12.3. Sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços, que dependam da anuência do CONCEDENTE, tais como expansão ou redução dos serviços, criação ou supressão de linhas e outras medidas operacionais;

4.4.12.4. Encaminhar ao CONCEDENTE, quando solicitado, a demonstração financeira dos resultados obtidos pela CONCESSIONÁRIA no exercício anterior, providenciando sua publicação, até 30 dias após a data legalmente fixada para a apresentação



pela CONCESSIONÁRIA da sua Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica . DIPJ à Receita Federal.

4.4.12.5. Cumprir as demais obrigações estabelecidas na legislação municipal em vigor;

4.4.12.6. Realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos pelo Edital de Licitação e Anexos.

4.4.12.7. Colocar permanentemente à disposição do usuário, contra o pagamento da tarifa de utilização efetiva, através dos meios de pagamento legalmente válidos, os serviços contratados, na forma, preços, percursos, horários e demais elementos do serviço, em conformidade com o presente Edital de Licitação e seus Anexos;

4.4.12.8. Proibir a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a realizar as providências necessárias para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem.

4.5. Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA sobre Pessoal:

4.5.1. Manter seus empregados devidamente identificados e adequadamente uniformizados, respondendo por atos e ações por eles praticados, que atentem à moral, aos bons costumes e aos direitos de terceiros, especialmente dos usuários;

4.5.2. Ressarcir o CONCEDENTE por qualquer dano provocado por seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços, praticados contra o patrimônio público municipal;

4.5.3. Cumprir e fazer cumprir as determinações constantes na legislação municipal em vigor, desde que pertinentes ao objeto ora licitado.

4.6. Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA Relativas à Operação dos Serviços de Transportes:

4.6.1. Na prestação dos serviços, deverão ser utilizados veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas pelo respectivo Edital de Licitação e seus Anexos, em perfeitas condições de uso e limpeza;

4.6.2. Substituir ou ampliar, se for o caso e de comum acordo com o CONCEDENTE, após realização de estudo técnico específico, a frota necessária ao atendimento dos serviços, escopo desta Concessão, respeitando, sempre, o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

4.6.3. Executar a programação diária dos serviços, atendendo as determinações das OS emitidas pelo CONCEDENTE. Quaisquer alterações das OS.- Ordens de Serviços, terão de



ser precedidas de realização de estudo técnico necessário, onde fique estabelecido que não houve ofensas ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

4. Dos direitos e Obrigações dos Usuários: Os Direitos e Obrigações dos Usuários no âmbito do cumprimento do objeto desta Concessão estão apresentados no Anexo X.

Adão Donizete Panini
Secretário de Segurança Pública